



# MANUAL

DE CERTIFICAÇÃO DE CADEIA  
DE CUSTÓDIA FSC®/CADEIA  
DE RESPONSABILIDADE PEFC®

FILEIRA DA CORTIÇA



## COMO UTILIZAR ESTE MANUAL

---

Este Manual é dirigido a todas as empresas que comercializam e/ou transformam produtos de base florestal, e tem por objetivo facilitar o acesso à certificação de Cadeia de Custódia FSC® e/ou Cadeia de Responsabilidade PEFC®.

O Manual está estruturado em seis capítulos que respondem às questões básicas acerca da certificação de Cadeia de Custódia (CdC)/Cadeia de Responsabilidade (CdR), nomeadamente:

O que é?  
A quem se aplica?  
Quais as vantagens?  
Quais os custos?  
Como se aplica?

Esta publicação fornece ainda orientações para a implementação dos requisitos das normas de Cadeia de Custódia FSC® e Cadeia de Responsabilidade PEFC®, salvaguardando-se o facto de as empresas necessitarem de adaptar o sistema à sua realidade.

Ficha Técnica

Propriedade: Projecto Certifica+

Projecto desenvolvido em parceria:  
AIFF, APCOR, CELPA e Centro PINUS

Sede: Av. Comendador Henrique Amorim, 580  
4536-904 Santa Maria de Lamas, Portugal

Tel: + 351 227 474 040 | Fax: + 351 227 474 049  
E-mail: [info@aiff.pt](mailto:info@aiff.pt) | Web: [www.certificamais.pt](http://www.certificamais.pt)

Autor: Susana Brígido

Revisão: FSC® Portugal e PEFC® Portugal

Fotografias: APCOR

Ano de publicação: 2015

Depósito legal: 394086/15

Tiragem: 200 exemplares

## ÍNDICE

---

<b>1   Cadeia de Custódia/Responsabilidade:</b>	
Uma estratégia de mercado - Testemunhos _____	<b>4</b>
<b>2   Enquadramento da Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade _____</b>	<b>7</b>
2.1  O que é a Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade (CdC/CdR) ____	7
2.2  Os sistemas FSC® e PEFC® _____	7
2.3  A quem se destina a CdC/CdR _____	8
2.4  As normas FSC® e PEFC® _____	9
2.5  As etapas para obter a certificação _____	10
2.6  Os benefícios da certificação _____	11
2.7  Os custos da certificação _____	12
<b>3   Implementação da Norma de CdC/CdR _____</b>	<b>13</b>
3.1  O Sistema de CdC/CdR _____	13
3.2  Métodos de CdC/CdR _____	14
3.3  Madeira controlada FSC®/ Sistema de Diligência Devida PEFC® _____	17
3.4  Certificação de grupo e multisite _____	18
<b>4   FAQ's _____</b>	<b>19</b>
<b>5   CdC/CdR: Sistema de Suporte à implementação _____</b>	<b>23</b>
<b>6   Bibliografia e sítios da internet consultados _____</b>	<b>27</b>

## 1| CADEIA DE CUSTÓDIA/RESPONSABILIDADE: UMA ESTRATÉGIA DE MERCADO - TESTEMUNHOS

### GRANORTE



**Pedro Soares** | Qualidade e Melhoria Contínua

A **GRANORTE** é uma empresa familiar fundada em 1972 com o objetivo de reciclar os resíduos de cortiça provenientes das empresas produtoras de rolhas de cortiça natural. Produzindo inicialmente granulados de cortiça, rapidamente a empresa alcançou uma boa reputação em todo o mundo devido à sua excelente qualidade técnica.

A partir de 1984 a GRANORTE passa a produzir aglomerados de cortiça, focalizando a sua atividade nos produtos de revestimento. Hoje, o portefólio de produtos da GRANORTE é vasto e variado, desde os granulados, folhas e rolos em cortiça, até aos pavimentos e revestimentos de paredes e tetos, e mesmo acessórios e mobiliário em cortiça para casa.

Com cerca de 150 colaboradores e uma operação em 3 turnos, a GRANORTE exporta 97% da sua produção para cerca de 50 países em 5 continentes. A empresa possui 2 sucursais, na Alemanha e em Inglaterra.

A principal matéria-prima da GRANORTE é, obviamente, a cortiça. A empresa usa todos os subprodutos e desperdícios resultantes do fabrico de rolhas de cortiça natural (aparas, refugos...), provenientes das várias indústrias rolheiras da zona. Para além desta matéria-prima, também utiliza cortiça procedente diretamente da floresta; cortiça que pela sua qualidade ou tipo, não é usada no fabrico de rolhas ou discos de cortiça natural.

Para o fabrico de alguns dos seus produtos, a GRANORTE adquire também outras matérias-primas de origem florestal, como sendo a folha de madeira natural e, principalmente, as placas de fibra de madeira ou vulgarmente designadas de MDF.

Sendo a matéria-prima da GRANORTE de origem florestal, a empresa desde cedo sentiu necessidade em contribuir para o desenvolvimento de soluções ambientais de conservação e proteção das florestas. Assim, desde 2010 que a GRANORTE é membro da rede ibérica da Global Forest & Trade Network da WWF, e tem implementado os sistemas de certificação florestal da cadeia de custódia FSC® e PEFC®. Desta forma, a GRANORTE estabelece um compromisso de apoio a práticas responsáveis de gestão florestal que protegem a biodiversidade e a integridade do ecossistema, resultando em benefícios sociais e económicos a longo prazo. Hoje os consumidores estão cada vez mais preocupados com a proteção do ambiente e a conservação da natureza. A certificação CdC FSC®/PEFC® da GRANORTE oferece uma garantia de responsabilidade ao utilizador,

assegurando que a cortiça e a madeira usada nos produtos provêm de florestas geridas de forma responsável, garantindo assim a sustentabilidade do negócio e, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento de mercados para produtos florestais ambientalmente responsáveis.

A certificação florestal cadeia de custódia FSC® ou PEFC® implica, tal como outros sistemas de certificação, responder a todos os pontos do referencial normativo, criando procedimentos válidos para o cumprimento dos requisitos da norma. Essencialmente, será importante:

- | Ter uma forte política de compras que promova a gestão sustentável das florestas, favorecendo fornecedores de matéria-prima florestal certificada FSC® e/ou PEFC® e elimine as compras de matéria-prima proveniente de regiões ameaçadas do mundo.
- | Fazer uma análise de risco, verificar e assegurar que a proveniência da matéria-prima florestal é de origem controlada ou certificada.
- | Verificar qual o método mais apropriado para controlo de entradas e saídas de matérias-primas e produto final certificado FSC® e/ou PEFC®.
- | Garantir a segregação e identificação e rastreabilidade de matérias-primas e produto final certificado FSC® e/ou PEFC®.

Com consumidores cada vez mais informados no momento das suas escolhas, a conformidade

dos produtos com normas reconhecidas torna-se essencial. A capacidade de demonstrar conformidade com uma norma é um dos meios para uma organização se diferenciar no mercado cada vez mais competitivo. Os clientes procuram a verificação independente que as normas providenciam, pelo que as marcas de certificação obtidas pelas empresas cujos produtos e práticas passam consistentemente por um exame rigoroso (auditorias) são instantaneamente reconhecíveis e agem como símbolos respeitados de gestão florestal, segurança ou desempenho.

Assim, a certificação florestal FSC®/PEFC® é um ótimo instrumento para:

- | Atrair clientes; pois garante ao comprador que o produto florestal usado tem origem numa floresta gerida de forma responsável e certificada por uma entidade independente que reconhece e acredita.
- | Demonstrar liderança de mercado; o produto certificado FSC®/PEFC® está num outro "campeonato" - ele oferece algo que outro produto não certificado não pode questionar ou competir.
- | Demonstrar preocupação com questões ambientais e sociais; o compromisso em manter e desenvolver práticas responsáveis de gestão florestal, promove a sustentabilidade do ecossistema, resultando em benefícios ambientais e sociais.

## AMORIM CORK COMPOSITES (ACC)



**Natália Santos** | Directora de Qualidade e Ambiente



**AMORIM CORK COMPOSITES (ACC)** pertence à Corticeira Amorim, pioneira e precursora da indústria da cortiça durante o século XIX, e que representa hoje uma das maiores empresas portuguesas. A Corticeira Amorim detém uma posição de liderança mundial na indústria da cortiça, actividade que constitui ainda hoje o seu principal negócio, agrupado em 4 áreas como rolhas, revestimentos, isolamentos e aglomerados compósitos.

A cortiça não utilizada pela indústria de rolhas é a matéria-prima que utilizamos para o desenvolvimento de um portefólio de materiais destinado a várias indústrias - desde a construção, com soluções termo-acústicas, decoração de casa e escritório, objectos de design e funcionais que aproximam a cortiça do consumidor final, até ao desenvolvimento de materiais para indústrias de alta tecnologia - indústria automóvel, aeronáutica e aeroespacial.

Assumimos o compromisso da Sustentabilidade na forma de um programa interno que visa harmonizar todos os Colaboradores ACC em prol de objetivos estratégicos que nos permitem manter o mais elevado respeito pelo Ambiente, com produtos desenhados a pensar em aplicações e mercados exigentes.

A ACC iniciou o processo de implementação da gestão do sistema de acordo com os requisitos FSC® em Outubro 2004 obteve a certificação.

A principal razão para a ACC se certificar foi a necessidade identificada em mercados e clientes que a condição de colocação de produtos de cortiça no mercado, seria que estes fossem FSC® ou PEFC®.

As principais alterações na ACC decorrentes da implementação dos sistemas:

- | Implementação dos sistemas de gestão de acordo com os referenciais normativos, nomeadamente FSC® e PEFC®;
- | Interface com toda a cadeia de fornecimento de modo a garantir a origem da matéria-prima;
- | Auditorias a fornecedores até à origem da matéria-prima;
- | Constante análise das alterações às normas;
- | Identificação e rastreabilidade dos produtos certificados durante todo o processo produtivo;
- | Demonstração clara e inequívoca do rendimento da transformação da matéria-prima em produto final;



| Controlo quantitativo eficaz, de entradas de matéria-prima certificada e venda de produtos certificados;

| Auditorias internas;

| Auditorias pela entidade certificadora;

| Correto uso das marcas e logotipos FSC® e PEFC®;

| Formação de todos os colaboradores envolvidos.

As principais vantagens que sentimos por estarmos certificados são:

| Imagem da empresa com a preocupação da sustentabilidade da floresta;

| Novos e manutenção de clientes.

## RELVAS II - ROLHAS DE CHAMPANHE, S.A.



**Emanuel Cabeça** | Gestão da Qualidade

Criada nos anos 20 por Américo Coelho Relvas, a empresa Relvas Cortiça S.A. iniciou a sua actividade produzindo pequenas rolhas de cortiça para vinho, líquidos farmacêuticos entre outros produtos similares. Nos anos 30, a empresa



produziu as primeiras rolhas de Champanhe de duas e de quatro peças em cortiça natural. Na década seguinte a sua reputação, prestígio e notoriedade permitiu-lhe realizar as primeiras exportações. Nos anos 60, os métodos de transformação da cortiça foram evoluindo e inicia-se a transformação de cortiça em granulados e discos de cortiça natural. A colagem do corpo aglomerado aos discos de cortiça (inicialmente com três discos e posteriormente com dois discos) originou a rolha de cortiça aglomerada para vinhos espumantes tal como a conhecemos hoje.

Na década de 90, continuam os investimentos na área da qualidade e o laboratório é dotado de uma pequena cave de produção de espumante. Adicionalmente, com o intuito de melhorar o controlo sobre a matéria-prima, de reforçar a independência e a melhoria da qualidade, a empresa investiu numa unidade de preparação de cortiça em Cortiçadas de Lavre, Alentejo. Em 2010, com o objectivo de acompanhar a crescente exigência dos mercados, a Relvas continua a realizar investimentos na área produtiva de forma a melhorar continuamente as performances do produto tendo implementado nas unidades industriais de Mozelos e de Cortiçadas de Lavre os sistemas de gestão com base nos requisitos definidos nos referenciais SYSTECODE PREMIUM, ISO14001 e ISO22000, materializando desta formas as políticas de excelência que fazem da Relvas uma referência no mercado de rolhas de Champanhe. Em 2014, a Relvas implementou o sistema de gestão de Cadeia de Custódia (CdC) com base nos requisitos das normas FSC® e PEFC®. A principal motivação para este projecto consistiu na oportunidade em participarmos num modelo de gestão sustentável dos montados podendo

desta forma transmitir a todos os parceiros de negócio uma mensagem clara de confiança e de credibilidade sobre a utilização responsável de recursos naturais.

Para que este sistema fosse implementado, foram necessárias poucas alterações na nossa organização. A integração do sistema de CdC é perfeitamente compatível com outros sistemas de gestão de qualidade (ISO9001), gestão ambiental (ISO14001), gestão da segurança alimentar (ISO22000), entre outros. Por esta razão, a implementação do sistema de CdC não necessitou de grandes investimentos em recursos materiais e humanos.

As vantagens deste projecto traduziram-se de imediato na melhoria dos processos de comunicação entre todas as partes interessadas da cadeia de abastecimentos. O sistema de CdC permitiu ainda melhorar a monitorização de métricas associadas à gestão de matérias primas possibilitando-nos incluir na tomada de decisões critérios estabelecidos com base em aspectos de sustentabilidade social e ambiental.



## 2| ENQUADRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO E CADEIA DE CUSTÓDIA/RESPONSABILIDADE

### 2.1 O que é a Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade (CdC/CdR)

A Certificação de Cadeia de Custódia permite às empresas rotular os seus produtos Forest Stewardship Council (FSC®) ou Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC®), o que, por sua vez, permite ao consumidor identificar e escolher os produtos que apoiam uma gestão florestal responsável/sustentável.

Ambos os sistemas, FSC® e PEFC®, apresentam dois tipos diferentes de certificação:

■ **Gestão Florestal**, que demonstra que a floresta é administrada ou gerida de forma responsável ou sustentável, em conformidade com os Princípios e Critérios do FSC® ou Critérios e Indicadores do PEFC®, e;

■ **Cadeia de Custódia/ Responsabilidade**, que verifica a rastreabilidade de materiais e produtos certificados, de base florestal, ao longo da cadeia produtiva, desde a floresta, ou no caso dos materiais reciclados, desde o local de recolha, até ao consumidor final. Aplica-se a fabricantes, transformadores e comerciantes de produtos florestais certificados.

O sistema Cadeia de Custódia/Responsabilidade de uma empresa traduz-se num conjunto de registos de informação sobre o percurso dos produtos desde a floresta, ou, no caso dos materiais reciclados, desde o local de recolha, até ao consumidor. (Figura 1)

#### CdC/CdR



Figura 1: Cadeia de Custódia/Responsabilidade

### 2.2 Os sistemas FSC® e PEFC®

Os dois principais sistemas de certificação florestal reconhecidos internacionalmente são o FSC® e o PEFC®, que têm por objetivo assegurar uma gestão responsável e sustentável da floresta, onde as funções económicas, ambientais e sociais são igualmente salvaguardadas.

Os sistemas são geridos a nível mundial por organizações não-governamentais sem fins lucrativos dedicadas a promover a Gestão Florestal Responsável/Sustentável e sua certificação por entidades certificadoras/organismos de certificação, respectivamente quando se trata do sistema FSC® e PEFC®.



O **FSC®** fundado no Canadá em 1993, com a missão de promover uma gestão das florestas mundiais que fosse ambientalmente responsável, socialmente benéfica e economicamente viável, através da definição e implementação de Princípios e Critérios de Gestão Florestal reconhecidos e respeitados mundialmente.

Em Portugal, o representante é a Associação para uma Gestão Florestal Responsável (AGFR), uma organização sem fins lucrativos constituída nos finais de 2007 (<http://pt.fsc.org/>).

O **PEFC®**, fundado na Europa em 1999 por organizações nacionais de onze países com o objectivo de promover a gestão sustentável das florestas, com base nos Critérios Pan-Europeus para uma Gestão Florestal Sustentável. O PEFC® funciona através do reconhecimento de esquemas de certificação florestal nacionais, desenvolvidos por via de processos que envolvem múltiplas partes interessadas e adaptados às condições e prioridades locais.

Em Portugal, o representante é o Conselho da Fileira Florestal Portuguesa, uma associação sem fins lucrativos de iniciativa privada, formalmente constituída em 2001 (<http://www.pefc.pt/>).

## 2.3 A quem se destina a CdC/CdR

A certificação de CdC/CdR destina-se a qualquer empresa que procure demonstrar que o seu negócio contribui positivamente para a manutenção e melhoria da floresta, estabelecendo uma política de compras de matéria-prima/produtos de base florestal em conformidade, nomeadamente:

### Organizações que processam/transformam

**produtos de base florestal:** qualquer unidade industrial responsável por uma ou várias etapas de transformação/processamento de produtos de base florestal certificados e que pretenda comercializá-los como certificados. Alguns exemplos: indústrias de rolhas ou materiais de construção, entre outras.

### Organizações que comercializam produtos

**florestais certificados:** sempre que uma empresa detenha a posse legal sobre um produto, independentemente de não ter posse física do mesmo. Alguns exemplos: distribuidores ou retalhistas.

A **Norma** aplica-se durante a totalidade do período de propriedade legal do produto (desde a compra até à venda) e a todas as fases de processamento do produto.



## RASTREABILIDADE



Para assegurar a rastreabilidade, qualquer mudança de propriedade dentro da cadeia produtiva requer que as organizações envolvidas estabeleçam um sistema de CdC/CdR e que este seja verificado por Entidades Certificadoras/Organismos de Certificação.



## 2.4 As normas FSC® e PEFC®

As normas FSC® e PEFC® são documentos de referência desenvolvidos com base em processos e orientações multisectoriais, internacionalmente reconhecidos, de forma a garantir o cumprimento dos requisitos acordados à escala mundial. As normas são revistas periodicamente e sujeitas a consultas públicas.

Cada um dos sistemas, FSC® e PEFC®, tem os seus próprios referenciais normativos de CdC/CdR, de aplicação internacional, que se encontram disponíveis nos sítios do FSC<sup>1</sup> e do PEFC<sup>2</sup>.

As normas especificam, os requisitos de gestão e de produção, para a CdC/CdR de controle a respeito da aquisição, rotulagem (quando aplicável) e venda de produtos como FSC® ou PEFC® certificada, proporcionando assim uma gama de opções para fazer alegações de certificação. O principal documento normativo que enquadra a implementação de Cadeia de Custódia pelo Forest Stewardship Council (FSC®) é a norma FSC-STD-40-004 que pode ser combinada com normas complementares de acordo com o âmbito de aplicação do certificado da organização (ver figura 2).

### MAPA DAS NORMAS DE CADEIA DE CUSTÓDIA FSC®

FSC-STD-40-004 Certificação de Cadeia Custódia			Adenda FSC-STD-40-004a Classificação de Produto
NORMAS E POLÍTICAS COMPLEMENTARES			OUTROS DOCUMENTOS NORMATIVOS
FSC-STD-01-002 Glossário de Termos	FSC-POL-40-002 Certificação de Grupo	FSC-STD-40-003 Multisite	Directivas FSC-DIR-40-###
FSC-STD-40-005 Madeira Controlada	FSC-STD-40-007 Material Recuperado	FSC-STD-50-001 Uso da Marca Registrada	Guias FSC-GUI-40-###
			Procedimentos FSC-PRO-40-###

As versões dos documentos FSC®, em vigor, podem ser consultadas em "Document Catalogue" no sítio do FSC® (<https://ic.fsc.org/requirements-guidance.105.htm>).

Os documentos normativos do PEFC® que enquadram a implementação de Cadeia de Responsabilidade são:

| PEFC ST 2002:2013 Chain of Custody of Forest Based Products – Requirements (inclui os requisitos do sistema de diligência devida para alegações sobre origens controladas PEFC® e os requisitos para aplicação de cadeia de responsabilidade a empresas multisite)  
PEFC ST 2001:2008 Logo Use Rules.  
PEFC GD 2001:2014 Chain of Custody of Forest Based Products – Guidance for Use

Figura 2: Mapa das Normas de Cadeia de Custódia FSC®  
(fonte: FSC-STD-40-004 V2-1 EN)

A lista de documentos técnicos PEFC® em vigor deve ser consultada com regularidade em "Technical Documentation" no sítio do PEFC® (<http://www.pefc.org/resources/technical-documentation>).

<sup>1</sup> [www.fsc.org](http://www.fsc.org)

<sup>2</sup> [www.pefc.org](http://www.pefc.org)



## 2.5 As etapas para obter a certificação

As etapas para se obter e manter a certificação do sistema de CdC/CdR são semelhantes para os dois sistemas, FSC® e PEFC®.

O tempo para a sua implementação depende essencialmente do esforço (tempo e recursos humanos) que a empresa aloca a este processo e o tempo de resposta por parte das entidades certificadoras acreditadas para emitir a decisão de certificação e o certificado de conformidade.

Figura 3: Etapas da Certificação



## 2.6 Os benefícios da Certificação

A certificação florestal é um instrumento no mercado mundial de produtos de base florestal e cujas principais vantagens podem dividir-se em 3 vertentes:

| Possibilidade da empresa responder às exigências dos **Mercados** actuais e criação de novas possibilidades de negócio, associado à confiança que estes sistemas oferecem sobre a legalidade na origem da matéria-prima;

| A certificação CdC/CdR oferece garantias no que diz respeito à rastreabilidade e à implementação de um sistema de gestão com a subscrição de compromissos de responsabilidade social e ambiental que fortalecem a **Imagem Institucional** junto dos clientes;

| A comercialização de **Produtos** com um rótulo reconhecido internacionalmente, associado a mensagens claras e transparentes, traduzem confiança no consumidor.

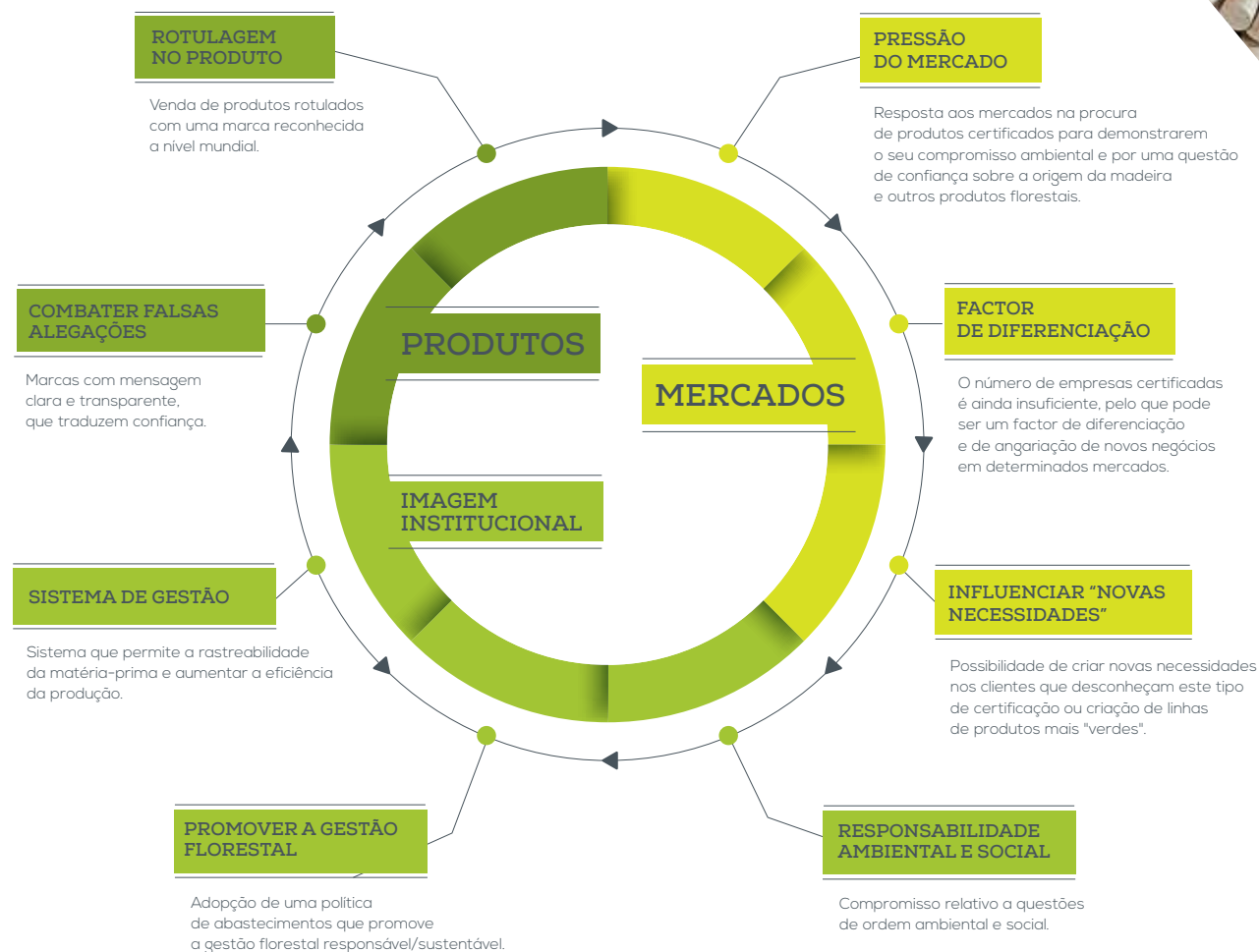


Figura 4: Vantagens da Certificação de Custódia/Responsabilidade

## 2.7 Os custos da certificação

Os custos de certificação de CdC/CdR podem ser divididos em directos e indirectos.

Os **custos directos** são aqueles decorrentes do processo de certificação e das auditorias:

**| Auditoria de Certificação** – inclui o tempo dedicado ao trabalho administrativo e técnico de verificação de conformidade, despesas da equipa auditora, bem como o pagamento de taxas de certificação aos sistemas FSC® e PEFC®.

Os custos são influenciados pela dimensão e complexidade da empresa.

**| Auditoria de Acompanhamento** – anualmente, deve ser efetuada pelo menos uma avaliação de acompanhamento.

Os **custos indirectos** são aqueles associados à adequação do sistema de produção aos requisitos das normas de CdC/CdR. Ou seja, são os custos referentes às melhorias necessárias para assegurar a rastreabilidade da matéria-prima/ produtos certificados, nomeadamente no que diz respeito à formação, à alocação de recursos humanos, adaptação dos processos internos para assegurar o cumprimento dos requisitos da Norma CdC/CdR. Os valores associados a estes custos podem variar, de acordo com o nível de organização da empresa antes de solicitar a certificação.





## 3| IMPLEMENTAÇÃO DA NORMA DE CdC/CdR

### 3.1 O Sistema de CdC/CdR

A implementação de um sistema de CdC/CdR numa empresa tem por objetivo assegurar que é mantida a rastreabilidade da matéria-prima/ produtos certificados, sendo que, para tal, a empresa deve introduzir as melhorias necessárias de forma a adequar o seu sistema de produção aos requisitos das normas de CdC/CdR. A empresa deve conseguir demonstrar:

- | A quem comprou o produto?
- | O que aconteceu ao produto durante a posse legal da empresa?
- | A quem vendeu o produto finalizado?
- | Como organiza, documenta e monitoriza o seu sistema CdC/CdR?



Figura 5: Fluxograma do Sistema de Cadeia de Custódia/Responsabilidade





FASES CdC/CdR	IDENTIFICAÇÃO SUMÁRIA DOS REQUISITOS A TER EM CONTA EM CADA FASE DA CdC/CdR	REQUISITOS	
		FSC - STD - 40 - 004,2.1	PEFC ST 2002:2013
ÂMBITO	A empresa deve estabelecer o âmbito do certificado de CdC/CdR, enquadrar a actividade, os produtos e as actividades subcontratadas no seio da CdC/CdR implementada. Alguma desta informação é pública e está disponível nos sítios do PEFC® e FSC®.	2	6,8
SISTEMA DE GESTÃO	A empresa deve estabelecer um sistema de gestão com a definição de procedimentos internos de forma a assegurar a correcta implementação e manutenção de CdC/CdR.  O sistema de gestão inclui a identificação de responsabilidades, formação e capacitação de colaboradores, assegurar requisitos de higiene e segurança no trabalho e definir procedimentos e registos.	1	8,9
ABASTECIMENTO	A empresa deve estabelecer procedimentos de identificação e verificação na aquisição de matéria-prima, nomeadamente o tipo e a categoria de materiais dos potenciais fornecedores.  A identificação da tipologia de matéria-prima que pode ser adquirida é efectuada em dois passos: (i) a identificação ao nível do fornecedor, e (ii) a identificação ao nível do tipo e categoria de matéria-prima.	3	4 e 5
RECEPÇÃO	A empresa deve, para cada entrega de matéria-prima, identificar e verificar o tipo e a categoria da matéria-prima, com base em documentação do fornecedor, nomeadamente na documentação associada à venda e/ou transporte.	4	4
ARMAZENAMENTO	A empresa deve assegurar a segregação das matérias-primas e produtos, de acordo com a metodologia de controlo de alegações inicialmente adoptadas.	4,12	6
PRODUÇÃO	A empresa deve optar por utilizar métodos de controlo de alegações definidos pelas normas de CdC/CdR que melhor se adequem ao seu fluxo de matéria-prima, mas também com base nas suas necessidades de comunicação, marketing ou pedidos específicos de cliente.  Ao longo das actividades relacionadas com a produção, a empresa deve controlar as quantidades de compra e venda, a definição e controlo dos factores de conversão, bem como as regras de rotulagem do produto.	5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12	6 e 8
VENDAS E ENTREGAS	A empresa tem de assegurar a correcta identificação dos produtos vendidos, e respectiva alegação, nos documentos de venda e/ou transporte.	6	7

Tabela 1: Os requisitos normativos de Cadeia de Custódia /Responsabilidade

### 3.2 Métodos de CdC/CdR

Neste capítulo, abordam-se os métodos de controlo das alegações FSC® e PEFC® nos produtos (output), um dos requisitos das normas de cadeia de CdC/CdR. Devido à importância e complexidade técnica deste capítulo, analisa-se com algum pormenor este assunto exemplificando ao nível da cadeia produtiva que métodos de controlo se poderão usar e concretiza-se através de alguns exemplos.

Os métodos reconhecidos pelos sistemas FSC®/PEFC® são:

PEFC®	FSC®
Método da Separação Física (6.2 - PEFC ST 2002:2013)	Método da Transferência (7-FSC-STD -40-004, v2.1)
Método das Percentagens (6.3 - PEFC ST 2002:2013)	Método de Percentagens (8-FSC-STD -40-004, v2.1)
	Método dos Créditos (9-FSC-STD -40-004, v2.1)

A figura 6 exemplifica uma cadeia produtiva da fileira da cortiça, indicando possíveis métodos de controlo de alegações que poderão ser utilizados.



Figura 6: Exemplo de métodos aplicáveis ao longo da cadeia produtiva da cortiça.

### Método da Transferência FSC® ou Separação Física PEFC®

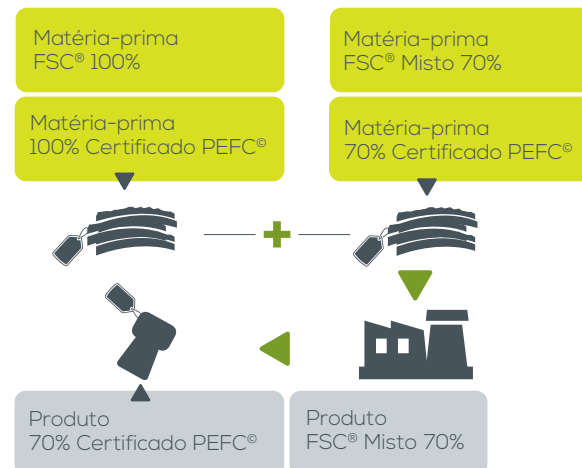
Este método de controlo aplica-se a empresas que separam a matéria-prima certificada e não certificada. Para assegurar a segregação das matérias primas pode recorrer-se a: i) locais diferenciados; ii) definição de tempos de produção diferenciados ou; iii) identificação física. Neste

método de controlo, caso haja mistura de vários tipos de matéria-prima certificada considera-se a alegação mais baixa de uma componente do produto.

**Cenário 1: Um único tipo de matéria-prima certificada**  
A alegação da matéria-prima transfere-se para o produto.



**Cenário 2: Vários tipos de matéria-prima certificada**  
Para este caso, prevalece a alegação mais baixa da matéria-prima. Neste exemplo, a alegação final do produto é FSC® Mix 70% ou 70% certificado PEFC®, elegível para rotulagem.



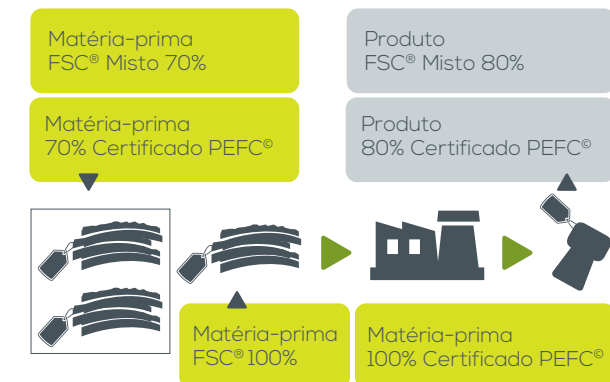
### Método da Percentagem FSC®/Percentagem PEFC®

Este método é recomendado para empresas que utilizam matéria-prima certificada e controlada para um processo específico de produção. Com este método, a alegação do produto considera a percentagem de certificação da matéria-prima na entrada do processo. A fórmula de cálculo é:

$$\text{Percentagem de certificação (PC)} = \left[ \frac{\text{volume de matéria-prima certificada (Vc)}}{\text{Volume de matéria-prima certificada (Vc)} + \text{volume de matéria prima controlada (V0)}} \right] \times 100.$$

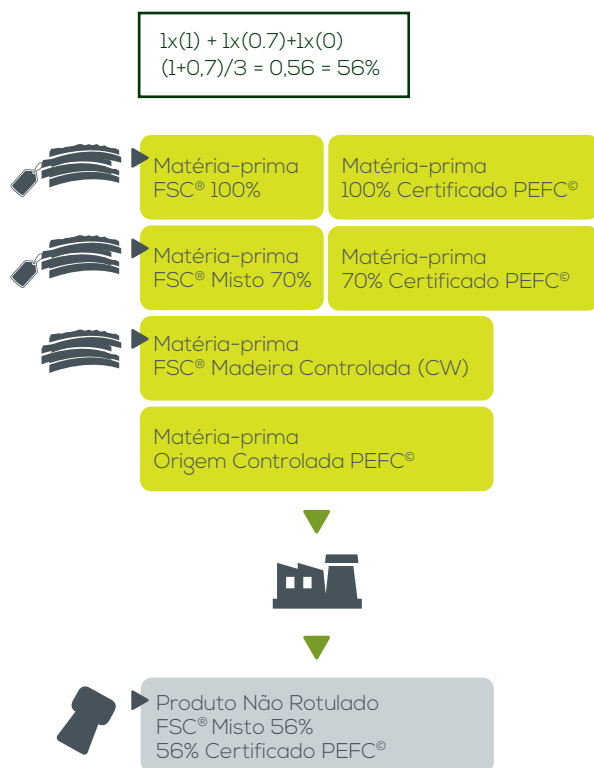
**Cenário 3: Vários tipos de matéria-prima certificada**  
Neste exemplo, tem-se duas unidades de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®" e uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®". Durante o processo misturam-se os materiais e a percentagem que se obtém no produto final é a razão entre a quantidade de matéria-prima certificada em 100% (1) e 70% (2) sobre o total de matéria-prima. Ou seja:

$$\frac{1 \times (1) + 2 \times (0.7)}{(1 + 1.4)} = 0.8 = 80\%$$



**Cenário 4: Vários tipos de matéria-prima (certificada e controlada)**

Neste exemplo, tem-se uma unidade de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®", uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®" e uma unidade "Madeira Controlada FSC®". Durante o processo misturam-se os materiais e a percentagem que se obtém no produto final é a razão entre a quantidade de matéria-prima certificado em 100% (1), 70% (1) e FSC® CW ou OC PEFC® sobre o total de matéria-prima. Ou seja:



Como a percentagem de certificação é inferior a 70% o produto não pode ser rotulado.

**Método dos Créditos FSC® / Métodos das percentagens PEFC® (crédito em quantidade)**

Com o método dos créditos uma proporção das vendas podem-se vender como certificada segundo a quantidade de entradas certificadas em todo o processo produtivo. Estas entradas podem-se acumular como "créditos" segundo determinadas regras. O resto do produto pode-se vender como "Madeira Controlada FSC®" ou "Origens controladas PEFC®".

**Cenário 5: Vários tipos de matéria-prima (certificada e controlada)**

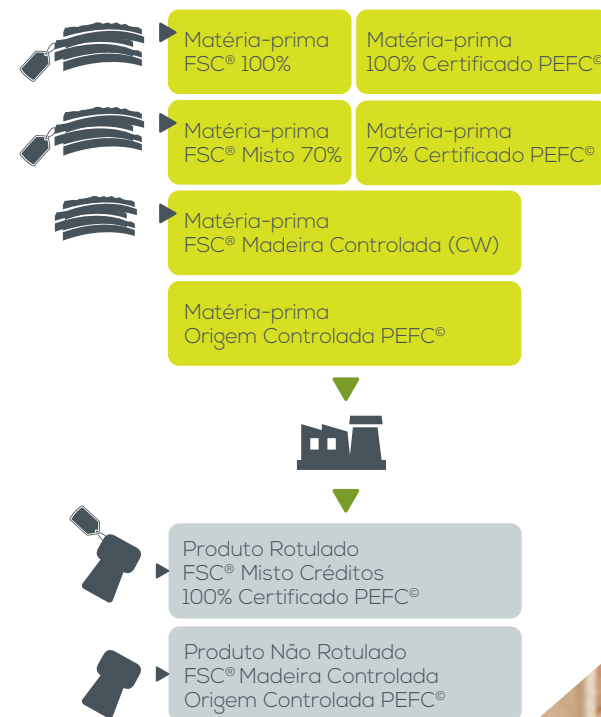
Neste exemplo, tem-se uma unidade de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®", uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®" e uma unidade "Madeira Controlada FSC®" ou "Origem Controlada PEFC®".

Ou seja:

$$1 \times (1) + 1 \times (0.7) + 1 \times (0) = 2.7$$

unidades FSC® Crédito Misto  
ou 100% certificado PEFC®  
 $3 - 2.7 = 0.3$  unidades  
FSC® CW ou OC PEFC®

Os créditos dos produtos podem etiquetar-se como FSC® Misto Crédito ou 100% certificado PEFC® e os restantes podem vender-se como Madeira Controlada FSC ou Origem Controlada PEFC®.



### 3.3 Madeira controlada FSC®/ Sistema de Diligência Devida PEFC®

Os termos “Madeira Controlada FSC®” ou “Origem Controlada PEFC®” surgiram do crescimento do número de certificados pelos sistemas de CdC/CdR não ter sido acompanhado por um aumento semelhante das áreas florestais certificadas, condicionando a indústria florestal de transformação e comercialização de produtos com certificação FSC® ou PEFC®.

A alegação “Madeira Controlada FSC®” define e exclui da mesma, o que pode ser considerado como fontes inaceitáveis de matéria prima, designadamente:

- Madeira explorada ilegalmente;
- Madeira explorada em violação de direitos civis e tradicionais;
- Madeira explorada em florestas nas quais os Altos Valores de Conservação são ameaçados pelas actividades de gestão;
- Madeira explorada em florestas em processo de conversão para plantações ou para usos não florestal;
- Madeira proveniente de florestas nas quais são plantadas árvores geneticamente modificadas.

A alegação: “Origem Controlada PEFC®” pode ser utilizada em todos os produtos para os quais foi implementado o Sistema de Diligência Devida (DDS)<sup>4</sup> do PEFC®, demonstrando assim que a entidade exerceu a “diligência devida”, ou seja, cumpriram um conjunto de passos descritos na Figura 7.

Considerando que o sistema de Diligência Devida do PEFC® está em linha com os requisitos do Regulamento Europeu da Madeira (EUTR), as empresas certificadas CdR PEFC® podem também demonstrar a conformidade do produto com o EUTR. Ao implementarem o sistema DDS, as empresas certificadas podem colocar a alegação “Origem Controlada” PEFC® em produtos constituídos por material não certificado PEFC®, desde que os produtos estejam abrangidos pela Cadeia de Responsabilidade. Os requisitos normativos do FSC® e do PEFC® que possibilitam a incorporação de material de origem controlada em produtos certificados estão descritos em FSC-STD-40 005 v2.1 e no Capítulo 5 do PEFC® ST 2002:2013, e baseiam-se genericamente num conjunto de 4 passos:



Figura 7: Correspondência entre os requisitos para aquisição de Madeira Controlada no âmbito do FSC®, Sistema de Diligência Devida no âmbito do PEFC® e EUTR

<sup>4</sup> O Sistema de Diligência Devida (DDS) inclui os três elementos seguintes:

- 1| Informação:** as empresas devem ter acesso a informação que especifique a madeira e os produtos de madeira, o País de extração, as espécies, as quantidades, detalhes sobre o fornecedor e informação sobre conformidade com legislação nacional.
- 2| Avaliação de risco:** com base na informação fornecida e nos critérios estabelecidos no EUTR, as empresas devem avaliar o risco de madeira ilegal na sua cadeia de abastecimento. Os abastecimentos com risco “desprezível” poderão continuar a ser comercializados.
- 3| Mitigação de risco:** Em caso de risco “não desprezível” dos produtos de madeira serem ilegais, as medidas de mitigação podem efetivamente minimizar o risco. As medidas podem variar entre exigir informação adicional aos fornecedores e/ou solicitar ao fornecedor a obtenção da certificação florestal.

### A certificação florestal e a legislação europeia de comércio da madeira

No âmbito do plano de ação da União Europeia relativo à aplicação da legislação, à governação e ao comércio no sector florestal, foram criados mecanismos europeus específicos com o objectivo de combater a entrada no mercado da madeira abatida ilegalmente, bem como o seu subsequente consumo.

O Regulamento (UE) n.º 995/2010, também designado como Regulamento Europeu de Madeira (EUTR), proíbe a colocação no mercado interno de madeira extraída ilegalmente ou dos seus produtos derivados. No entanto, dada a complexidade da exploração madeireira ilegal e as suas causas e impacto, as medidas específicas tomadas neste Regulamento centram-se na atuação dos operadores, estabelecendo, nomeadamente,

a obrigação destes adoptarem e cumprirem um sistema de diligência devida. Adicionalmente, os comerciantes que fazem parte da cadeia produtiva são também obrigados a prestar informações de base sobre os seus fornecedores e compradores, a fim de permitir a rastreabilidade da madeira e dos seus produtos derivados.

O sistema da diligência devida compreende três elementos inerentes à gestão do risco: o acesso às informações, a avaliação do risco e a diminuição do risco identificado. Os procedimentos de avaliação do risco, podem incluir a certificação ou outros sistemas de verificação por terceiros que abrangem o cumprimento da legislação aplicável. Neste sentido, os sistemas credíveis de certificação florestal, como o PEFC® e/ou FSC®, podem apoiar as empresas certificadas a demonstrarem o cumprimento dos requisitos do Regulamento Europeu da Madeira.

### 3.4 Certificação de Grupo e Multisite

Os níveis de certificação de CdC/CdR são:

**Individual** | Aplicável a uma empresa, cuja produção se realiza apenas num local;

**Multisite** | Destinado à certificação de grandes empresas que estão ligadas por parcerias ou acordos legais/contratuais. Este modelo torna a certificação mais fácil e mais barata para grandes empresas que conseguem beneficiar de uma administração centralizada e da gestão interna com o objectivo de obter a certificação FSC® e/ou PEFC®;

**Grupo** | É um caso específico do multisite, aplicável a um conjunto de empresas independentes que, por formarem um grupo, conseguem ter acesso facilitado à certificação CdC/CdR dividindo os custos da certificação e beneficiando do suporte e controle técnico realizados por uma Entidade Gestora. Os dois sistemas de certificação, FSC® e PEFC®, têm regras definidas para a aceitação de membros (Tabela 2).

PEFC®	FSC®
i) ≤ 50 Empregados (a tempo inteiro) e ii) Volume de negócios ≤ 9.000.000 CHF, ou equivalente. Participação de locais que estão domiciliados num único país.	≤ 15 Empregados (que trabalhem em tempo integral); ou ≤ 25 Empregados (trabalhando em tempo integral) e um rendimento anual ≤ US\$ 1.000.000,00. Todos os locais participantes devem estar localizados no mesmo país da empresa que possui o certificado.

Tabela 2: Regras definidas pelos sistemas para aceitar membros de certificação de Grupo de CdC/CdR



## 4| FAQ's

### FAQ's FSC®

#### QUEM NECESSITA DE TER CERTIFICAÇÃO CdC

**1| Q:** Não manipulo os produtos, preciso de obter a certificação de Cadeia de Custódia?  
**R:** Sim, se assumir a propriedade legal dos produtos e emitir facturas aos seus clientes.

#### ROTULAGEM DO PRODUTO

**2| Q:** Todos os nossos produtos têm de ser certificados FSC®?  
**R:** Não, mas deve assegurar-se de que os produtos não se misturam inadvertidamente.  
**3| Q:** Temos de colocar um rótulo FSC® nos nossos produtos?  
**R:** Não, mas eles devem ser vendidos com a alegação FSC® correcta nos documentos de venda. Produtos, como pranchas de cortiça, muitas vezes não são rotulados.

**4| Q:** Todos os componentes do meu produto precisam de ser certificados?  
**R:** Todos os componentes de um produto, que sejam feitos ou que contenham materiais de base florestal, que são incorporados no produto para cumprir necessidades específicas dos consumidores devem ser certificados. Componentes de base florestal que têm funções secundárias no produto (por exemplo, para o transporte, protecção, etc.) não precisam ser certificadas a menos que estas sejam adicionadas ao produto com um propósito funcional (por exemplo, se o funcionamento do produto ficar comprometido pela remoção deste componente secundário), então, esta componente também precisa de ser certificada.

EXEMPLOS DE PRODUTOS	QUE COMPONENTES DO PRODUTO PRECISAM DE SER CERTIFICADOS	
Fósforos e Caixas de Fósforos	Fósforos	Sim
	Caixas de fósforos	Opcional
	Racional: Os fósforos e a caixa de fósforos são componentes distintas podem ser certificados de forma independente quando a declaração do rótulo FSC® for suficientemente para evitar má interpretação. No entanto, se os fósforos e as caixas de fósforos forem feitos com o mesmo material (por exemplo, papel), ambos deverão ser certificados, e levar o selo FSC®.	
Jogos	Componentes de papel, madeira e cortiça	Sim
	Manual de instruções	Opcional
	Embalagem	Opcional
	Racional: Os componentes de madeira e do papel do jogo têm uma finalidade funcional e consequentemente precisam de ser certificados. No entanto, é possível uma abordagem mais flexível desde que se coloque a declaração apropriada no rótulo FSC®. Por exemplo, quando apenas os componentes de madeira são certificados, o selo do FSC® deve conter a declaração de "madeira" e os componentes de papel não precisam ser certificados, ou vice-versa. O manual e a embalagem não são componentes do produto e por essa razão não precisam ser certificados.	
Livros	Capa	Sim
	Folhas no interior	Sim
	Capas exteriores	Opcional
	Banda envolvente	Opcional
	Racional: A capa e as folhas do interior são necessários para a função do produto, e por esse motivo devem ser certificados. Itens adicionais: como sobrecapas, capas de deslizamento e banda envolvente não são necessários para a função do produto e, portanto, não precisam ser certificadas.	

**5| Q:** Quando um produto é rotulado FSC®, pode ter rótulos de outros sistemas de certificação florestal?

**R:** Não, o produto não pode ter rótulos de outros sistemas de certificação florestal. Não seria permitido ter rótulo duplo num produto, por exemplo. No entanto, em publicações rotuladas com FSC®, como revistas ou material publicitário impresso, as marcas de outros sistemas de certificação podem ser utilizadas para a promoção de produtos ou fins educacionais, desde que não haja declarações sobre o papel da publicação certificada com o outro esquema de certificação.

**6| Q:** Pode ser usada a mini etiqueta num formato maior, sem o texto da etiqueta padrão, numa rolha de vinho, mesmo que haja espaço suficiente para incluir o rótulo padrão?

**R:** Sim, é possível o uso de mini etiqueta num formato maior em vez do rótulo padrão numa rolha de vinho, quando for tecnicamente difícil produzir texto padrão legível no rótulo.

## MÉTODOS DE CONTROLO DE ALEGAÇÕES

**7| Q:** O material certificado PEFC® é elegível para ser utilizado em grupos de produtos FSC® como FSC® certificado ou FSC® Madeira Controlada?

**R:** Não. O material certificado pelo PEFC® não é aceite como entrada certificada FSC® e não cumpre automaticamente os requisitos da norma de Madeira Controlada FSC®. Portanto, o material certificado PEFC® é classificado como entrada não certificada FSC® e devem respeitar-se os requisitos da norma da Madeira Controlada FSC® antes do uso em grupos de produtos FSC®.

**8| Q:** É aceitável definir os grupos de produtos, no sistema de crédito, por alegação FSC® e por tipo de produto, sem ter em conta características dos materiais de entrada?

**R:** Não, os grupos de produtos no âmbito do sistema de crédito devem partilhar características de entrada e saída semelhantes, em termos de qualidade e factor de conversão (FSC-STD-40-004 Cláusula 2.1.3 e “Termos e Definições”).

O termo “qualidade” representa características em termos de espécies, composição/especificações ou valor das matérias. Isso significa que os produtos que contêm entradas de qualidade diferente (por exemplo, placas de aglomerado e madeira serrada) e/ou com diferentes factores de conversão (por exemplo, madeira maciça e porta composta) não podem ser combinadas no mesmo grupo de produtos. Os créditos dos materiais de uma determinada qualidade (por exemplo, placa de aglomerado) não podem ser transferidos para materiais de qualidade diferente (por exemplo, folha de madeira). Assim, o sistema de crédito não é aplicável para a produção de produtos constituídos por materiais de diferentes qualidades, a menos que a entidade estabeleça contas de crédito separadas para cada um dos materiais de entrada.

## INFORMAÇÕES NA DOCUMENTAÇÃO DE TRANSACÇÃO

**9| Q:** É aceitável que um produto vendido com alegações FSC® também contenha alegações de outros sistemas de conformidade florestal nos documentos de venda e transporte?

**R:** Sim. As normas de cadeia de custódia FSC® e de uso de marca registrada apenas apresentam restrições para o uso do rótulo FSC® nos produtos juntamente com rótulos de outros sistemas de conformidade florestal.

No entanto, essas restrições não se aplicam para a identificação de documentos de venda e transporte. Neste caso, as alegações FSC e referência a outros sistemas de certificação não devem ser misturadas. Todos os elementos da alegação FSC® devem ser compreensíveis e facilmente identificáveis.

## SUBCONTRATAÇÃO

**10| Q:** Os requisitos de subcontratação FSC® são aplicáveis quando um subcontratado executa uma operação de dimensionamento, que está localizado na propriedade da entidade certificada FSC®?

**R:** Não, requisitos de subcontratação só são aplicáveis quando o subcontratante toma posse física de material certificado FSC® fora da entidade certificada por este sistema. Se uma actividade subcontratada ocorre no local da empresa certificada FSC®, então a actividade deve ser incluída no âmbito do certificado e avaliados como parte da auditoria CdC da empresa.

**11| Q:** Uma empresa que não é certificada pelo FSC® que realiza parte de um dos nossos processos de transformação – ela também precisa de certificação de Cadeia de Custódia?

**R:** Se quiser que uma outra empresa realize parte do processo, como por exemplo o tratamento de madeira ou de acabamento de impressão de rolhas, eles podem ser incluídos no âmbito do seu certificado de Cadeia de Custódia, desde que mantenha a propriedade dos produtos em todo o processo. Os produtos não têm que voltar para si antes da entrega ao cliente. Terá de contactar com a sua entidade certificadora para incluir as empresas subcontratadas no âmbito do seu certificado.

## FAQ's PEFC®

### QUEM NECESSITA DE TER CERTIFICAÇÃO CdR

**1| Q:** Numa cadeia de responsabilidade PEFC®, se estiverem envolvidos intermediários entre o fornecedor (por exemplo, fábrica de papel) e o cliente (por exemplo, gráfica) e se esses intermediários (por exemplo: comerciantes) só estiverem envolvidos na documentação e transacção, mas não envolvidos com os próprios bens (sendo os produtos transportados directamente do fornecedor para o cliente), os intermediários devem ter a Cadeia de Responsabilidade certificada?

**R:** A empresa (tal como referido no ponto 3.18 do PEFC ST 2002: 2013) deve decidir e ser capaz de identificar claramente quem é o fornecedor de uma entrega específica. O fornecedor do material/produto certificado PEFC® deve fornecer à entidade a documentação de entrega que cumpra os requisitos.

A gráfica (como entidade) pode considerar a fábrica de papel, como fornecedora de material certificado PEFC®, quando o material é entregue directamente à gráfica e é acompanhado da documentação de entrega (por exemplo, a guia de transporte) que indica claramente a fábrica de papel como sendo o fornecedor da entrega e a gráfica como o cliente da entrega.

A documentação de entrega deve incluir todas as informações exigidas pelo requisito 4.1 da Norma PEFC®.

### INFORMAÇÕES NA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA À VENDA

**2| Q:** Como resposta ao requisito que obriga a ter uma cópia dos certificados dos fornecedores, ou ter acesso a eles, é suficiente procurar os fornecedores na base de dados de certificados PEFC®?

**R:** A base de dados do PEFC® (disponível em <http://www.pefc.org/find-certified/certified-certificates>) permite a consulta de algumas informações dos certificados Cadeia de Responsabilidade mas não inclui cópias dos certificados e, como tal, não satisfaz o requisito de ter acesso a uma cópia do certificado.<sup>2</sup>

**3| Q:** O número de licença do logótipo PEFC® pode ser utilizado em vez do número do certificado na documentação associada à venda e/ou transporte?

**R:** Não. O número da licença emitido pelo PEFC® Portugal refere-se ao direito de uma entidade poder usar o Logo PEFC® e não ao facto da entidade possuir a certificação válida.<sup>3</sup>

### MÉTODOS DE CONTROLO DE ALEGAÇÕES

**4| Q:** Ao utilizar o método "do limite mínimo" (> 70%), que alegação deve ser colocada na documentação associada à venda e/ou transporte?

**R:** "70% Certificado PEFC®".

**5| Q:** É possível misturar um lote com uma componente de material certificado, outra de material neutro e outra de material de Origem Controlada PEFC® e fazer uma alegação de certificação?

**R:** Sim. O grupo de produtos está associado a um tipo único de produtos ou um grupo de produtos produzidos com o mesmo material de entrada, ou seja todos os produtos num grupo de produtos incluem o mesmo material de entrada, mas isso não significa que o produto tenha necessariamente de incluir apenas um tipo de material de entrada.

### SUBCONTRATAÇÃO

**6| Q:** A subcontratação no âmbito de Cadeia de Responsabilidade, poderá incluir processos nos quais os produtos não voltam para as instalações da empresa certificada?

**R:** A subcontratação abrange a situação em que o subcontratado recebe o material directamente do fornecedor em nome da empresa, ou envia directamente para o cliente em nome da empresa (nota 2, 8.8.2 do PEFC ST 2002: 2013). No entanto, o subcontratado não pode ser responsável pela aquisição ou venda de produtos.<sup>4</sup>

### SISTEMA DE DILIGÊNCIA DEVIDA

**7| Q:** Como se pode demonstrar que os materiais de entrada não provêm de florestas convertidas para outro tipo de vegetação?

**R:** A empresa deve receber as provas dos seus fornecedores de que o material não provém de conversões florestais, no âmbito do seu Sistema de Diligência Devida (Capítulo 5 do PEFC® ST 2002: 2013).

A norma Cadeia de Responsabilidade PEFC® ST 2002:2013 proíbe a entrada de material a partir da conversão de florestas primárias em plantações.

<sup>2</sup> A cópia do certificado pode ser feita através de meios electrónicos e em formato digital.

<sup>3</sup> São obrigatórias as seguintes informações: a identificação do cliente e do fornecedor, a identificação e quantidade entregue por cada produto abrangido, a data da entrega, a alegação formal sobre a categoria do material (incluindo a percentagem de material certificado), a identificação do certificado Cadeia de Responsabilidade do fornecedor (ou outro documento que confirme o estado do certificado do fornecedor).

A utilização do logótipo PEFC® na documentação associada à venda não é obrigatória.

**8| Q:** Como se pode demonstrar que uma empresa implementa o Sistema de Diligência Devida, obrigatório pelo Regulamento Europeu da Madeira?

**R:** Uma empresa com certificação Cadeia de Responsabilidade PEFC® pode comunicar a implementação do Sistema de Diligência Devida PEFC®, através da alegação "Origem Controlada PEFC®" na documentação associada à venda, e assim reforçar a comunicação com o cliente do cumprimento da legislação Europeia do Comércio da Madeira (EUTR).

## SISTEMA DE GESTÃO

**9| Q:** Quanto aos requisitos acerca da realização de auditorias, numa empresa multisite é obrigatória a auditoria de cada local anualmente ou aceita-se uma amostragem?

**R:** A norma Cadeia de Responsabilidade PEFC® ST 2002: 2013 (Apêndice 2, capítulo 3.2) obriga à realização de uma auditoria interna anual no local a todos os locais. O programa de auditorias internas da empresa deve ainda abranger as actividades dos subcontratados.

Quanto às auditorias externas, realizadas pelas entidades certificadoras/organismos de certificação, deve ser efectuada uma amostragem de acordo com o descrito no documento PEFC ST 2003:2012 – Requirements for Certification Bodies operating Certification against the PEFC® International Chain of Custody Standard.

## UTILIZAÇÃO DO LOGÓTIPO

**10| Q:** Se um produto contém entre 70% e 85% de material reciclado, qual é o rótulo que se deve utilizar: "Certificado PEFC®" ou "Reciclado PEFC®"?

**R:** A empresa pode escolher.

Cadeia de Responsabilidade de Produtos de Base Florestal – Requisitos PEFC ST 2002:2013, Apêndice 1	Requisitos para Utilização do Logótipo PEFC® PEFC ST 2001:2008
<p>Produto com:</p> <p>≥70% certificado PEFC®</p> <p>≤85% material reciclado</p>	 <p><b>Certificado PEFC</b></p> <p>Este produto tem origem em florestas com gestão florestal sustentável e fontes controladas</p> <p>www.pefc.pt</p>
<p>Produto com:</p> <p>≥70% certificado PEFC®</p> <p>≥70 % material reciclado</p>	 <p><b>Reciclado PEFC</b></p> <p>Este produto tem origem em reciclados e fontes controladas</p> <p>www.pefc.pt</p>

**12| Q:** Se uma empresa certificada fabrica produtos, mas o processo final de produção decorre numa gráfica certificada, podem colocar-se as duas licenças de utilização do logótipo no produto final?

**R:** A rotulagem deve identificar claramente quem é o detentor da licença e tem a responsabilidade de utilização do rótulo e das respetivas alegações. Portanto, só uma empresa pode fazer alegações e usar o rótulo PEFC® no produto.

<sup>4</sup> A empresa permanece responsável por todas as partes de Cadeia de Responsabilidade incluindo os requisitos de aquisição de material, comunicação e venda.

## 5| CdC/CdR: SISTEMA DE SUPORTE À IMPLEMENTAÇÃO

A matriz apresentada neste capítulo estrutura um sistema de gestão para enquadrar o cumprimento dos requisitos FSC® e PEFC®, concretizando-se em propostas de peças documentais, no contexto da aplicação dos referenciais normativos relevantes.

Esta matriz sistematiza a correspondência entre os requisitos normativos dos sistemas de CdC/CdR, respectivamente do FSC® e do PEFC® e apresenta propostas de procedimentos, modelos e registos. De realçar que o modelo aqui proposto é orientador e exemplificativo, que deve ser ajustado ao grau de complexidade e tipo de atividade da empresa, de forma a obter a conformidade necessária com os requisitos normativos aplicáveis.

Nota: Todos os documentos listados na tabela abaixo são disponibilizados apenas em formato digital e após pedido à AIFF, através do endereço: [info@aiff.pt](mailto:info@aiff.pt).

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
<b>Parte 1: Exigências Gerais</b>		
1 Gestão da qualidade	8 Requisitos mínimos do Sistema de Gestão	
	8.1 Requisitos gerais	
1.1 Responsabilidades	8.2 Responsabilidades e autoridades	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
1.2 Procedimentos	8.3 Procedimentos documentados	
	8.3.1	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
	8.3.1.a	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
	8.3.1.b	PR.03 Procedimento Produção
1.2.1	8.3.1.c	PR.02 Procedimento Abastecimentos; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos; PR.04 Procedimento Vendas e entregas; PR.05 Procedimento Utilização de Logotipo
	8.3.1.d	PR.09 Procedimento CW DDS
	8.3.1.e	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI
	8.3.1.f	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação
1.2.2	8.2.2 Responsabilidade e autoridade pela cadeia de responsabilidade	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
1.3 Formação	8.5 Gestão de recursos	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; RR.09 Plano de Formação; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião



FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
<b>Parte 1: Exigências Gerais (cont.)</b>		
1.4 Registos	8.4 Registos	
	8.4.1	PR.01 – Procedimento de Gestão da Qualidade;
	8.4.1c	PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
	8.4.1e	RR.11 Recolha de Informação fornecedores; RR.12 Análise de Risco
1.4.1	8.4.1f	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião
	8.4.1g	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação; RR.06 Controlo AI;
	8.2.1.3	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião
	8.6 Inspeção e controlo	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI;
1.4.2	8.4.2	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade;
1.5 Compromisso com Valores do FSC®	8.2.1.1	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.02 Compromisso
1.6 Saúde e Segurança Ocupacional	9 Requisitos de segurança, saúde e sociais da cadeia de responsabilidade	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.02 Compromisso
	8.7 Reclamações	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação; RR.06 Controlo AI;
<b>2 Âmbito do Sistema de Cadeia de Custódia/Cadeia de Responsabilidade</b>		
2.1 Grupos de produtos	6.3.2	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.04 Lista de matérias-primas e produtos; PR.08 Controlo de alegações-créditos
2.2 Subcontratação	ver: 8. 8 Subcontratação	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.03 Declaração de Subcontratado; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados
<b>3 Compra de Materiais</b>		
3.1 Especificações de inputs (entradas)		PR.02 Procedimento Abastecimentos; MOD.04 Lista de matérias-primas e produtos;
3.2 Validação do fornecedor	4.2 Identificação ao nível do fornecedor	PR.02 Procedimento Abastecimentos; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados
3.3 Compra de material não certificado		PR.09 Procedimento CW DDS; PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI; PR.03 Procedimento Produção; RR.07 Registo de recepção de Matéria-prima

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
3 Compra de Materiais (cont.)		
3.4 Geração de matéria-prima no local		PR.03 Procedimento Produção
4 Recepção de materiais e armazenamento	4 Identificação da categoria do material no material/produto	
4.1 Identificação de inputs	4.1 Identificação ao nível da entrada (entregas)	PR.03 Procedimento Produção; RR.07 Registo de recepção de Matéria-prima
4.2 Segregação		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR. 08 Registo de matéria; RR.13 Ordem de Produção
4.3 Precauções quanto a material etiquetado		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
5 Controle de volumes		
5.1 Factor de conversão		
5.1.2 Metodologias de cálculos do factor de conversão		PR.03 Procedimento Produção; RR.10 Balanço Materiais; RR.13 Ordem de Produção
5.2 Balanços de material	8.4.1.b; 8.4.1.d	PR.03 Procedimento Produção; RR.10 Balanço Materiais
5.3 Determinação de alegação FSC®		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
6 Vendas e entrega	7 Venda e comunicação de produtos com alegação	PR.04 Procedimento Vendas e entregas
6.1 Identificação dos outputs (produtos) vendidos com alegações FSC®	7.1 Documentação associada à venda/transferência de produtos	PR.04 Procedimento Vendas e entregas
6.2 Rotulagem de produtos vendidos com declarações FSC®	7.2 Utilização de logótipos e rótulos	PR.05 Procedimento Utilização de logótipo
6.3 Fornecimento de Madeira Controlada FSC®	5. Requisitos Mínimos do Sistema de Diligência Devida	PR.09 Procedimento CW/DDS

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
<b>Parte 2: Métodos para controlar as alegações FSC® e PEFC®</b>		
7 Sistema de transferências	6.2 Método da Separação física	PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR.07 Registo de recepção de MP; RR.13 Ordem de Produção; RR.08 Registo de matéria
8 Sistema de percentagens	6.3 Método das percentagens	PR.03 Procedimento Produção; PR.07 Controlo alegações percentagem; RR.03 Ordem de Produção; RR.15 Percentagem simples; RR.14 Conta Créditos
9 Sistema de créditos	6.3.4.2	PR.03 Procedimento Produção; PR.07 Controlo alegações créditos; RR.14 Conta Créditos
<b>Parte 3: Uso do logo FSC® e PEFC® no produto</b>		
10 Requisitos gerais para rotulagem		
10.1 Aplicação dos rótulos FSC®	7.2.2	PR.05 Procedimento Utilização de logótipo; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR.13 Ordem de Produção;
	7.2.1	
11 Elegibilidade para rotulagem		PR.05 Procedimento Utilização de logótipo; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física /transferência; RR.13 Ordem de Produção;
<b>Parte 4: Requisitos suplementares</b>		
12 Subcontratação	8. 8 Subcontratação	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.03 Declaração de Subcontratado; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados

## 6| BIBLIOGRAFIA E SÍTIOS CONSULTADOS

---

FSC-STD-40-004 V2-1 FSC Standard for Chain of Custody Certification

FSC-STD-50-001 V1-2 FSC Requirements for Trademark Use

FSC-STD-40-005 V2-1 FSC standard for company evaluation of controlled wood

FSC-STD-40-003 V2-1 - Chain of Custody Certification of Multiple Sites

FSC-DIR-40-004 EN - FSC Directive on Chain of Custody Certification (15 August 2014) 2014 Forest Stewardship Council, A.C. All rights reserved.

PEFC ST 2002:2013 Chain of Custody of Forest Based Products – Requirements

PEFC ST 2001:2008 Logo Use Rules

<http://www.pefc.pt/>

<http://pt.fsc.org/>

<https://ic.fsc.org/index.htm>

<https://ic.fsc.org/fsc-dir-40-004-coc-directive.441-16.htm>

<https://ic.fsc.org/fsc-std-40-004-coc-certification.441-15.htm>

<https://ic.fsc.org/fsc-std-50-001-v1-2.441-23.htm>

<http://www.pefc.org/>

PEFC Council, 2011. "PEFC Chain of Custody Key to Selling Certified Products, Switzerland.

PEFC GD 2001:2014 - Chain of Custody of Forest-Based Products – Guidance for Use, PEFC Council 2014

REGULAMENTO (UE) N.º 995/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de Outubro de 2010

WWF-Colombia, 2012. "Guía de Certificación Forestal". Santiago de Cali, Colômbia



